

o integra. Nesta perspectiva, a semiótica privilegia a relação entre signos, acentuando a oposição que a separa da tradição filosófica, que se encontra no base de uma concepção da linguagem como representação. Tal posição permite-lhe situar a questão do referente no interior do discurso concebido como um todo de significação, transformando assim a problemática numa problemática da referencialização.

Na travessia de campos heterogêneos que o caracteriza, Cruzeiro Semiótico não poderia deixar de se deter na problemática da referência, indo além do campo semiótico e abrindo-se à contribuição de outros domínios de investigação. As diferentes posições teóricas e opções metodológicas de que os textos aqui apresentados explicita ou implicitamente se reclamam permitirão ao leitor uma visão de conjunto da complexidade do tema escolhido.

A Direcção agradece a todos quantos neste número quiseram participar.

Norma B. Tasca

INTRODUÇÃO

Do referente, perdido e reencontrado *

A semiótica estrutural, ouve-se dizer de vários lados, “se desinteressa” de muitas coisas, e antes de tudo do referente: é aí que se encontra seu pecado original, do qual tudo decorre. Tentaremos trazer a esse diagnóstico algumas nuances que se impõem, parece-nos. Para tal, servir-nos-emos, a título de ponto de partida, da visão crítica expressa, face aos “estruturalistas”, por nosso colega italiano Mario Jori, um representante autorizado de uma “outra semiótica”, a semiótica analítica¹.

Face aos problemas mais importantes que levanta a construção de uma teoria da significação, se acreditamos em nosso colega, a atitude dos partidários da abordagem estrutural — rebatizada no caso como teoria “diádica” (em oposição ao ternarismo analítico) — concentra-se inteiramente em dois, talvez até mesmo três sentimentos primários: “indiferença” (p. 287) em relação à questão considerada por ele como central, a do referente precisamente, e “desinteresse” (pp. 282, 283, 299) ou mesmo “hostilidade” (p. 287) com relação a tudo o que a isso se liga. De onde vem então essa espécie de críspação morosa que aflige a alma dos estruturalistas? Isso não nos será dito; e no fundo, pouco importa.

Se quisermos realmente compreender as razões e as conseqüências da separação entre as “duas semióticas” e se, mais do que cultivar a recusa recíproca, optarmos pela busca de eventuais pontos de encontro, então é preciso começar por situar a discussão em justo nível: não o dos gostos e das preferências supostas, pois o que é dessa ordem presta-se demasiadamente aos processos de intenção, nem o das opções de caráter técnico, que pressupõem as verdadeiras razões teóricas mais do que as explicitam. Assim é o caso, em particular, da escolha entre modelos binários e esquemas ternários: longe de constituir em si mesma

* Traduzido do francês por Mára Lucia Faury.

Cruzeiro Semiótico

nº 17 Julho 92

Associação Portuguesa de Semiótica
Porto

uma opção primária, essa escolha *resulta* de opções anteriores e mais fundamentais; por isso não pode revelar-nos diretamente o essencial.

Tentemos então remontar às primeiras fontes do desacordo.

Visto que a semiótica, como seu próprio nome indica, tem por objeto o estudo da *significação*, quais são, portanto, em relação a essa noção central, as posições teóricas que se afrontam? A partir dos princípios de diferenciação elementares que um pouco de atenção permite de reconhecer sobre esse plano, as divergências reconhecíveis em níveis mais superficiais deveriam ganhar em inteligibilidade, começando pela querela relativa à referencialidade da linguagem.

Para alguns teóricos, os signos lingüísticos, e por extensão suas articulações em forma de enunciados e de discurso, têm vocação para *representar* os objetos e os estados de coisas observáveis no mundo que nos rodeia. Nessa perspectiva, se as palavras têm um sentido, é unicamente em função da existência, logicamente anterior, das "coisas" (reais ou imaginárias) às quais elas *referem*. Tal é, em seu princípio, a hipótese fundadora de uma primeira problemática da significação, "com referente", para retomar a expressão de nosso colega italiano.

Ora, face a essa concepção positivista, que subordina a possibilidade de toda semiologia a uma ontologia que a garantiria, a atitude oposta — contrariamente ao que nos é dito — não consiste em uma pura e simples *ablação do referente* que equivaleria a separar o universo do sentido de todo relacionamento com o "mundo real", ou mesmo — como nos incitam a interpretar — a duvidar até mesmo da existência de toda forma de realidade outra que semiótica. Em nome de quê os semioticistas de tendência estruturalista levariam o idealismo a esse ponto? E com qual objetivo? De fato, se sabe que sobre a questão do *Ser*, como sobre qualquer outra questão propriamente metafísica, eles não têm, enquanto semioticistas, nenhuma posição categórica para defender senão, precisamente, a de afirmar seu direito de deixar tal debate para aqueles que colocam sua reflexão especificamente sobre esse nível, isto é, os filósofos.

Não se deve ver, entretanto, nessa atitude de neutralidade deliberada em relação à interrogação sobre os "fundamentos últimos", nem indiferença, nem desinteresse, nem hostilidade, com relação ao que pode alicerçar, em última instância, o sentido de nossos discursos. Trata-se, mais modestamente, de uma escolha de caráter heurístico motivada pelo tipo de projeto de investigação que se pretende cumprir a longo prazo. Tal projeto não se funda em nenhuma certeza ontológica *a priori*; não coloca imediatamente a semiótica sob a dependência da filosofia, mas antes da *antropologia* — uma antropologia geral, que tem por objeto o reconhecimento das formas e das condições do significar do mundo para o homem — e em segundo lugar da *sociologia*, na medida em que as operações semióticas a descrever têm por quadro um universo social cujo modo de ser (e de

se transformar) aliás depende, até certo ponto, da própria efetuação destas operações. Tendo em vista a incompreensão que parece reinar sobre esse ponto crucial, permitir-nos-ão justificá-lo em detalhe, recomeçando do ponto mais elementar.

Em uma nota de rodapé, M. Jori menciona o nome de um dos fundadores dessa "semiótica amputada" que ele critica — Ferdinand de Saussure — ao evocar sua concepção do signo. Deve ter faltado espaço para nosso colega, todavia, porque a alusão é tão rápida (duas linhas), tão lacunar, até mesmo tão convencionalmente expeditiva, que parece ser feita apenas para reforçar os mal-entendidos ou comprovar os preconceitos. "Para Saussure, nos é dito, o signo seria composto de dois elementos, o elemento significante e o elemento significado". Aí se encontra incontestavelmente o que a versão mais comum assegura — a qual, não se embarçando em complexidades, praz-se efetivamente em apresentar o retrato de Saussure em teórico do-significante-e-do-significado, e faz até mesmo do par de elementos assim "descobertos" o emblema, a chave, a última palavra de todo procedimento estrutural. Mas ninguém ignora que já, há muito tempo, Santo Agostinho, por exemplo, para não remontar aos estóicos, havia encontrado sob a unidade aparente do signo o mesmo tipo de componentes. Como, em si só, o fato de ter reformulado essa antiga distinção teria podido ser suficiente, na virada do século, para revolucionar a abordagem da linguagem? Na realidade, se a lingüística moderna (estrutural) e as disciplinas que dela derivam — a antropologia estrutural e a semiótica estrutural, principalmente — devem sua existência, para o essencial, ao autor do *Cours*, é evidentemente porque sua reflexão sobre o signo não se resume apenas a isso.

Infelizmente, para compreendê-lo, não é suficiente ler apenas as primeiras linhas do parágrafo 1 ("*Signe, signifié, signifiant*") do capítulo primeiro da primeira parte do *Cours de linguistique générale*: é preciso perseverar até a segunda parte. Deve-se ainda prosseguir até o capítulo IV, onde — só então — se descobre o que constitui o ponto essencial do edifício saussuriano: a teoria do *valor* lingüístico (páginas 155 a 169 da edição estabelecida por Ch. Bally e A. Sechehaye, publicada novamente em 1969 pela livraria Payot). Chegando nesse ponto, ter-nos-emos inevitavelmente dado conta que longe de hipostasiar a célebre diáde que monopoliza a atenção de tantos críticos do "saussurismo", o próprio Saussure toma cuidado, ao contrário, alertando-nos previamente contra o risco de superestimar o alcance dessa distinção: "*c'est une grande illusion, podemos ler, de considérer un terme simplement comme l'union d'un certain son avec un certain concept*" (p. 157). Mais precisamente:

"*Quand j'affirme simplement qu'un mot signifie quelque chose, quand je m'en tiens à l'association de l'image acoustique avec un concept, je fais une opération qui peut dans une certaine mesure être exacte et donner une idée de la réalité, mais en aucun cas je n'exprime le fait linguistique que dans son essence et dans son ampleur*" (p. 162; nós que sublinhamos).

A razão que motiva essas reservas é muito clara: é que "*la langue est un système dont tous les termes sont solidaires et où la valeur de l'un ne résulte que de la présence simultanée des autres*" (p. 159). De forma mais geral:

"*Dans la langue, comme dans tout système sémiologique, ce qui distingue un signe, voilà tout ce qui le constitue*" (p. 168).

Vê-se que a noção de signo, para Saussure, encontra-se colocada no ponto de encontro de dois tipos de preocupação. A primeira diz respeito ainda à reflexão clássica, e mesmo escolástica, sobre a linguagem; e por essa razão ela é imediatamente perceptível para um olhar "filosófico": ela não faz senão retomar e sistematizar a velha oposição, ainda quase substancial, entre as duas faces do signo, uma "acústica" e outra "conceptual". Ao mesmo tempo, ela deixa em suspenso o terceiro elemento do esquema herdado da tradição: de onde as reações negativas que registramos da parte dos promotores da abordagem filosófico-analítica.

Por outro lado, e não é um acaso, a segunda ordem de preocupações não suscita senão o silêncio dos "filósofos". Silêncio explicável pois sai-se efetivamente do quadro clássico de reflexão sobre a natureza do signo. E é então, a partir das noções de *valor* diferencial e de *sistema* que se inaugura uma problemática totalmente nova. Mesmo se a obra de Saussure inova também em outros pontos, é aí em todo caso que existe o que permitirá o redobramento da lingüística e o desenvolvimento das disciplinas conexas da significação. Essas disciplinas não terão como objetivo responder às questões da *philosophia perennis* mas procurarão — e segundo toda a aparência conseguirão — colocar questões diferentes que dizem respeito a uma outra *épistémé*, na qual a língua e, por extensão, os outros sistemas de significação, serão primeiramente considerados enquanto *instituições sociais*, para retomar os próprios termos de Saussure.

*

Compreende-se melhor, parece-nos, a partir dessas generalidades, como a primogênita das "duas semióticas" experimenta tanta dificuldade em ouvir sua irmã caçula, a "estrutural". Enquanto todas as duas "se interessam" apesar de tudo pelo mesmo gênero de coisas, a segunda introduz a confusão ao reformular sob um ângulo ligeira mas sistematicamente deslocado as problemáticas estabelecidas há muito tempo pela primeira. O *signo*? A teoria analítica faz dele uma totalidade auto-suficiente, analisável como tal, enquanto que a reflexão estrutural nele vê um simples elemento, in-analisável independentemente do *sistema* do qual ele faz parte. A *significação*? A primeira perspectiva a define através da relação que os signos entretêm com os objetos e os estados das coisas exteriores à linguagem; a segunda perspectiva procura compreendê-la no jogo das relações

que os signos entretêm *entre si*. O próprio *referente*, finalmente? Uma o situa em uma ordem de realidade dada antes de toda produção de signos; a outra o considera como uma realidade construída, como um *produto* entre outros da competência semiótica (e não mais como sua irredutível e necessária garantia).

Todas essas redefinições possuem pontos comuns e não são isoláveis umas das outras. Elas constituem os elementos de um todo, de um sistema conceptual, numa palavra, de uma teoria tão preocupada quanto outra com sua própria coerência interna. Deste ponto de vista é um estranho mito de origem que nos é apresentado a propósito dessa semiótica pretensamente diádica, mas na verdade estrutural, quando nos é sugerido que para constitui-la não se teria no fundo senão que retomar a concepção canônica do signo... menos o referente: como se seus criadores tivessem podido pensar que ao destacar simplesmente um *pequeno qualquer coisa* de uma teoria já constituída, podia-se de um só golpe fazer nascer uma outra nova, tão coerente e aperfeiçoada quanto a primeira! Brincadeira sem graça, pois no curso da história de uma disciplina, os objetos teóricos não se deixam suprimir dessa forma. Fica claro, em compensação, que a forma e o estatuto desses objetos são levados inevitavelmente a mudar, em função da economia geral segundo a qual o sistema dos conceitos, o "corpo de teoria" característico de um dado domínio do saber se reorganiza globalmente a cada etapa de seu desenvolvimento — de Agostinho ou de Locke a Peirce, ou dos "analiticistas" aos "estruturalistas", por exemplo, no que diz respeito à disciplina que nos ocupa.

No quadro da teoria da significação característica da última dessas etapas — a que marca os trabalhos de Saussure, de Hjelmslev e de Greimas, mas também os de outros "estruturalistas", de Lévi-Strauss a Barthes especialmente —, o lugar que é dado à problemática referencial é tradicional e essencialmente regido por dois tipos de considerações.

Primeiramente, pela convicção que não é suficiente dar conta dos "discursos", mesmo no sentido amplo (isto é, aí incluindo as produções significantes não verbais tais as práticas gestuais, a arquitetura, a pintura, etc.). É preciso admitir, além disso, que as próprias coisas, o mundo que nos rodeia, o "contexto extra-lingüístico" como se diz, são também carregados de significação. Ao lado dos sistemas semióticos cujo funcionamento repousa sobre a existência das línguas naturais, a teoria estrutural se esforça em consequência para elaborar os princípios de uma *semiótica do mundo natural*.

Nessa perspectiva, o que se chama o referente não pode mais ser apreendido como um nível de realidade dado de antemão e puramente inerte. As totalidades que são usualmente designadas através desse termo serão consideradas, ao contrário, como realidades *construídas*, como os *resultados* de operações de seleção ou de combinação que jogam com unidades semióticas mais elementares, quer dizer, com esse tipo de unidades mínimas constitutivas do que Hjelmslev chamava as "figuras" da expressão, ou (respectivamente) do conteúdo. Em outras palavras, embora as "coisas" que tomamos por referentes tenham efetivamente a aparência de *coisas*, estruturalmente, elas já são *signos*, isto é, formas semióticas-

mente complexas: não elementos primitivos in-analisáveis mas configurações estruturais a analisar enquanto construções. Sem pretender que seja essa a única maneira possível de levar em consideração semioticamente a dimensão referencial dos fenômenos de significação, gostaríamos pelo menos de saber em que precisamente o fato de abordar o problema sob esse ângulo prova que dele nos “desinteressamos”.

O outro ponto de junção entre a problemática estrutural e a temática referencial repousa sobre o fato que um dos objetos centrais da disciplina, o *discurso*, é um lugar de produção constante do que, desde Barthes, convencionou-se chamar “efeitos de real”. Os procedimentos discursivos que isso pressupõe são agora relativamente bem conhecidos. Consistem, em seu princípio, em conectar entre si (ou em desconectar) várias instâncias textuais, enunciativas ou semióticas, situadas em níveis distintos. Pode-se, nessas condições, isolar diferentes tipos de procedimentos, tomando como critério os tipos de instâncias que o discurso convoca a título de referência.

O caso mais simples é o da referência *intratextual*, onde o discurso remete, em um de seus segmentos, seja anaforicamente (“como mostramos *acima*”) seja cataforicamente (“como o leitor verá *em um instante*”), a seu próprio dizer. Outra variante da referência intratextual seria aquela em que tal unidade discursiva — um diálogo por exemplo — serve de quadro referencial ao desenvolvimento de uma outra unidade discursiva, por exemplo do tipo “descrição”, ou “narrativa”. O dispositivo se complica um pouco em seguida com a possibilidade de operações de referencialização fundadas sobre a manipulação de instâncias *enunciativas*. Muito sumariamente, o texto enunciado pode ser alternativamente desconectado (“desembreado”) ou reconectado (“embreado”) com relação ao sujeito que o enuncia; ele pode também ser atribuído a alguma instância enunciante terceira ou delegada, e, em último caso, apresentar-se como a própria palavra das coisas: como se, mediante o apagamento máximo do sujeito enunciante, o plano referencial que está se construindo pelo próprio efeito da desembreadagem enunciativa terminasse nesse caso por manifestar-se enquanto tal, diretamente, sobre o plano discursivo².

Enfim, os mecanismos precedentes podem ainda combinar-se com um terceiro tipo de procedimento. Trata-se desta vez de colocar em relação duas ou mais semióticas diferentes entre as quais pode especialmente inserir-se essa “semiótica do mundo natural” da qual já falamos no parágrafo anterior. O efeito de sentido resultante de um tal tipo de superposição se analisa então em termos de referencialização *intersemiótica*. Longe de refletir diretamente o “real”, os discursos sempre rearticulam (“*bricolent*”, como escreve Cl. Lévi-Strauss a respeito do mito) um mundo referencial já tomado significante por algum outro sistema: seja por uma outra semiótica textual (e falar-se-á nesse caso de simples intertextualidade), seja por algum esquema de “leitura” do mundo de caráter não verbal (intersemioticidade propriamente dita)³.

Admitir-se-á, portanto, que há mais de uma forma de reencontrar (e de tratar) o referente, após tê-lo — dizem — perdido. Para quem admite que, tendo em vista os acidentes da história (ou o “progresso do conhecimento”, como se prefere), o aparecimento de novas problemáticas faz parte do curso normal das coisas, as mudanças de perspectiva que evocamos não deveriam provocar nenhum escândalo. Pelo menos, elas abrem pistas de pesquisa, em relação à dimensão antropológica e social da linguagem, que o paradigma precedente, ou alternativo, não permitia entrever.

Não é esse o momento para justificar em detalhe os trabalhos de semiótica que abordam a análise dos discursos segundo essa perspectiva. Seu postulado comum é que todas as “realidades” que nos rodeiam e às quais nossos discursos, literários ou cotidianos, não cessam de se “referir” — sejam essas realidades por exemplo de caráter jurídico (uma “sociedade”, uma “pessoa moral”⁴), de natureza política (“a opinião pública”, uma “geração”⁵) ou mesmo simplesmente de ordem espacial (o “dentro” e o “fora”, o “baixo” e o “alto”, o “aqui” e o “alhures”, etc.⁶) —, todas essas “coisas”, “naturais” tanto quanto “culturais”, têm, na realidade, umas e outras o mesmo estatuto de *objetos semióticos*. A partir daí, empenhar-se em dar conta do modo como tais objetos *se constroem* através dos discursos e das outras práticas significantes dos sujeitos, isto não nos parece, em seu princípio, constituir um projeto de pesquisa menos pertinente ou menos fundado do que um outro no quadro das ciências sociais.

Se, finalmente, quiséssemos atualizar um pouco essas observações, tendo em vista o que se passou durante os anos decorridos entre sua redação e sua presente tradução, seria necessário anexar como peças novas ao dossier tudo o que, já esboçado no meio dos anos 80, desenvolveu-se depois em torno da questão do *sensível*. A partir dos problemas da *figuratividade* e, em seguida, da *estesia*, originou-se toda uma nova reflexão sobre as relações do sujeito com o mundo que o rodeia e que ele “percebe”⁷. A semiótica da qual falamos desinteressasse, dizem-nos, do real! E entretanto ela encontra hoje, melhor que o real, o “vivido”. Aproximando-se assim, explicitamente, da própria experiência da percepção, dos nossos modos de apreensão do *ser-lá* das “coisas” e das condições de seu significar para nós, o que essa semiótica (que a batizamos não-analítica, estrutural ou, melhor talvez, discursiva — mas o adjetivo, no fundo, não importa muito), o que ela procura explicar, em definitivo, é a própria maneira como nós estamos *presentes ao mundo*: face a um mundo significante, indissociavelmente da ordem do sensível e do inteligível⁸.